

São Paulo, 23 de maio de 2018.

**Excelentíssimo Senhor
Ministro de Estado de Minas e Energia
Senhor Wellington Moreira Franco**

Assunto: Contribuição para a Consulta Pública MME “Plano de Redução Estrutural das Despesas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE”

Excelentíssimo Senhor Ministro,

A Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN) e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), associações representativas dos geradores de bioeletricidade sucroenergética, respeitosamente, apresentam suas contribuições e observações para a Consulta Pública MME em assunto, referente ao item “concessão de descontos na TUSD e na TUST – Fontes Incentivadas”, conforme a seguir.

1. O consumidor especial e o mercado de energia incentivada foram [e ainda são] decisivos na estruturação de projetos de bioeletricidade, cuja oferta predominante se dá no período seco para o Sistema Interligado Nacional (SIN).
2. Em 2017, dos 21.444 GWh ofertados para o SIN pela bioeletricidade canavieira, 17.965 GWh (84%) foram produzidos entre maio e novembro. Somando-se o mês de abril, início da safra na Região Centro-Sul, temos que 91% do total de produção de bioeletricidade da cana para o SIN ocorreram entre abril e novembro no ano passado.
3. Desta forma, justamente no período seco e crítico do setor elétrico, a bioeletricidade sucroenergética costuma entregar mais de 80% de sua geração anual para o SIN, demonstrando sua posição estratégica para o suprimento de energia para o país.
4. As Associações entendem que o “desconto na TUSD/T” não se relaciona singularmente a subsídios, mas sim a custos evitados por uma geração efetivamente complementar às hídricas e situada próxima à carga¹, além de outros atributos.

¹ Em 2017, 89,2% da geração pela fonte bioeletricidade em geral (que inclui as diversas biomassas) para a rede esteve concentrada em apenas cinco Estados da Federação: São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Paraná. Todos estes Estados ficam na chamada Região Centro-Sul sucroenergética e, a exceção do Paraná, respondem pela maior parte do consumo de energia elétrica no submercado SE/CO, que em 2017 respondeu por 58,3% do consumo de eletricidade no País. O Estado que mais gerou bioeletricidade, em 2017, foi São Paulo, responsável por 47% do volume total no período.

5. Para expandir a oferta desta energia estratégica para o SIN, o mecanismo do “desconto na TUSD/T” tem ajudado em muito na expansão da bioeletricidade, com o benefício global para o SIN superando em muito o custo da política setorial. Ainda assim, o atual potencial técnico da bioeletricidade sucroenergética para a rede é aproveitado em apenas 14% de seu total, segundo a Empresa de Pesquisa Energética, mostrando a importância de uma política setorial dedicada à bioeletricidade.
6. As Associações entendem que qualquer proposta de aperfeiçoamento da “concessão de desconto na TUSD/T”, conforme as apresentadas pelo “Relatório Preliminar do Plano de Redução Estrutural das Despesas da CDE”, deve ser levada adiante somente se for concatenada com o aprimoramento do marco legal do setor elétrico decorrente da Consulta Pública nº 33, de 2017.
7. A Consulta Pública nº 33, de 2017, foi observada pelas Associações como um amplo processo de modernização do setor elétrico. Por isto, as Associações reforçam a importância de um eventual tratamento para a questão do “desconto na TUSD/T” avançar somente com as demais diretrizes propostas na Consulta Pública, sob pena de comprometer a bioeletricidade e a desejável expansão dessa energia na matriz elétrica brasileira, além da perda de coesão com as demais diretrizes resultantes da Consulta Pública nº 33, de 2017.

Cordialmente,

Elizabeth Farina

Presidente Executiva da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA)

Newton Duarte

Presidente Executivo da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (COGEN)